



Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 32896,
de 29.05.2015, pg. 11
Responsável

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº. 001/2015/TCM, de 13 de janeiro de 2015.

*Cria a Ouvidoria do Tribunal de
Contas dos Municípios do Estado do
Pará e da outras disposições.*

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma art. 2º, II da Lei Complementar nº. 084 de 27 de dezembro de 2012 e art. 3º c/c art. 81, do Ato nº. 16, de 17 de dezembro de 2013, por intermédio desta resolução, de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis; e,

CONSIDERANDO que a missão institucional desta Corte de Contas é assegurar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade, sob os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e moralidade, exercida mediante o controle externo da Administração Pública e de Particulares, a quando da gestão de recursos públicos, com a finalidade precípua de aperfeiçoar o Estado brasileiro;

CONSIDERANDO que para o cumprimento dessa missão constitucional, relativamente à orientação e fiscalização da Administração Pública, para efetividade e regularidade da gestão dos recursos municipais em benefício da sociedade, pode ser substancialmente incrementado com a colaboração da sociedade civil, que interage cotidianamente com os órgãos e entidades do poder público municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura de um canal específico de comunicação e aproximação entre a sociedade civil e o TCM/PA, para recepção e tratamento das informações, denúncias e colaboração em geral, com o objetivo de aperfeiçoamento das atividades fiscalizatória e pedagógica, desenvolvidas neste Tribunal;

CONSIDERANDO, ainda, a proposta de Resolução, apresentada pelos Conselheiros DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES E SÉRGIO LEÃO, a qual restou aprovada por unanimidade na sessão extraordinária realizada, em 13.01.15, nos termos da Ata da Sessão;

CONSIDERANDO, por fim, as recomendações aprovadas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, através do plano de Diretrizes de Controle Externo 3101/Atricon-CCOR/2014.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLVE:

APROVAR A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, NA FORMA REGULAMENTADA POR ESTA RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A Ouvidoria constitui um canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade, com a finalidade de:

I - contribuir para melhoria da gestão do Tribunal e dos órgãos e entidades sob sua jurisdição;

II - atuar na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos praticados por autoridades, servidores e administradores públicos, bem como dos demais princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.

II - promover a aproximação e participação da sociedade civil no exercício da atividade de controle da Administração Pública, por meio do *Controle Social*;

III - desenvolver mecanismos de divulgação à sociedade, quanto à missão da Ouvidoria, seus serviços e formas de acesso;

IV - receber as manifestações advindas de órgãos, cidadãos ou entidades, registrando-as em banco de dados informatizado próprio e tomando as providências que o caso exigir;

V - informar aos demandantes os resultados de suas manifestações encaminhadas ao Tribunal de Contas, permitindo o fortalecimento da imagem institucional e, conseqüentemente, a aproximação do Tribunal com a sociedade e o exercício do controle social;

VI - propor a adoção de melhorias técnicas e procedimentais, com o objetivo de aprimorar os serviços oferecidos pelo Tribunal e contribuir para a melhoria da gestão pública municipal;

CAPÍTULO II
DA DESIGNAÇÃO DO CONSELHEIRO-OUVIDOR

Art. 2º. A Ouvidoria, unidade integrante da estrutura organizacional do TCM/PA, é dirigida pelo *Conselheiro-Ouvidor*.

§1º. O *Conselheiro-Ouvidor* será indicado pela *Presidência do TCM-PA*, dentre os demais Conselheiros, não podendo tal indicação recair sobre



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

os Conselheiros que já ocupem as funções de Vice-Presidente e Corregedor.

§2°. A indicação realizada pela **Presidência** será submetida à homologação do Colegiado, na primeira Sessão Plenária subsequente ao referido ato.

§3°. Em caso de impedimento ou de renúncia do **Conselheiro-Ouvidor**, será procedida nova indicação pela Presidência, a qual novamente submetida à homologação do Colegiado.


§4°. O **Conselheiro-Ouvidor** terá mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução consecutiva, somente para mais um período.

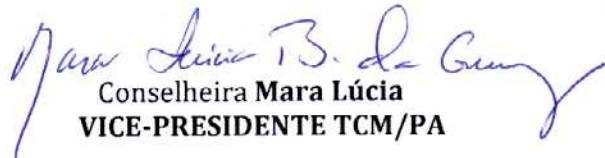
CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


Art. 3°. A estrutura, a organização e o funcionamento da Ouvidoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, serão disciplinados em ato próprio deste TCM-PA.

Art. 4°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 13 de janeiro de 2015.

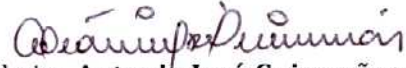

Conselheiro **José Carlos Araújo**
PRESIDENTE TCM/PA


Conselheira **Mara Lúcia**
VICE-PRESIDENTE TCM/PA


Conselheiro **Cezar Colares**
CORREGEDOR TCM/PA

Conselheiro **Aloísio Chaves**


Conselheiro **Daniel Lavareda**


Conselheiro **Antônio José Guimarães**


Conselheiro **Sérgio Leão**